



Carlos Silva *

O que os Açorianos podem perder com a privatização de 85% da SATA Internacional?

A SATA voltou a estar no centro das atenções dos Açorianos nas últimas semanas, por motivos diferentes, mas todos eles de grande relevância para a Região.

Em pleno processo de reestruturação do Grupo SATA e preparação do caderno de encargos para a privatização da SATA Internacional, ficamos a saber que o seu Presidente, Dr. Luís Rodrigues, aceitou um convite “irrecusável” para liderar a TAP, com efeitos já em abril. Sem esquecer que, um mês antes, já tinha saído o Administrador responsável pela área operacional, também para uma empresa do Grupo TAP.

Além das mudanças verificadas na composição do Conselho de Administração, que perdeu dois terços dos seus executivos, e dos resultados negativos, conhecidos pela Administração e pelo Governo, mas ainda não divulgados, o caderno de encargos para a privatização da SATA Internacional tem suscitado muitas dúvidas e preocupações.

Mas afinal, quais os motivos que justificam tanta incerteza, receios e riscos para os trabalhadores da SATA, para a mobilidade dos Açorianos e para a Região Autónoma dos Açores?

Desde logo, porque os Açorianos merecem saber o que foi exatamente proposto e negociado pela Administração e pelo Governo Regional com a Comissão Europeia, até porque a informação que está publicada é incompleta e omite dados e matérias absolutamente cruciais.

Em segundo lugar, porque o Governo Regional entregou, de bandeja, nas mãos da Administração da SATA (entretanto remodelada) toda a liderança e implementação do caderno de encargos para a privatização, sem acautelar o interesse regional e sem sequer assegurar um amplo processo de discussão pública e concertação com partidos políticos, parceiros sociais e representantes dos colaboradores (a tal humildade democrática).

Será que os objetivos da Administração da SATA com a privatização são totalmente coincidentes com o interesse dos Açorianos, de Santa Maria ao Corvo? Será que os trabalhadores da SATA concordam com possibilidade de existirem despedimentos ao fim de apenas 30 meses? Será que os Açorianos, depois do investimento que foi feito, estão dispostos a abdicar da manutenção da sede nos Açores ou da sua mobilidade para o continente e para a diáspora? Estes são apenas alguns exemplos do que poderá estar em causa com a venda de 85% da SATA Internacional.

É por isso que não nos parece sensato e estratégico avançar já com privatização da Azores Airlines, sem antes proceder a alterações profundas no caderno de encargos, que acaulem o interesse regional.

Desde logo, a opção da Administração e do Governo Regional em vender, já este ano, até 85% do Capital da SATA Internacional – Azores Airlines, quando o que foi aprovado pela Comissão Europeia foi a alienação de 51% do capital, e até ao final de 2025.

Ao ficar com apenas 15% do capital, uma posição quase residual, o Governo Regional deixará de ter qualquer controlo e influência sobre decisões estratégicas, como as rotas, frequências, recursos humanos ou até a manutenção da sede nos Açores.

Igualmente preocupante é o facto de o Governo Regional não acautelar, no caderno de encargos, a manutenção da sede e direção efetiva da SATA Internacional na Região Autónoma dos Açores por um prazo superior a 30 meses, bem como do Certificado de Operador Aéreo na titularidade da empresa após os 3 anos, o que suscita sérias dúvidas sobre a continuidade e futuro da empresa.

Mesmo em relação à manutenção dos postos de trabalho, o caderno de encargos é pouco “amigo dos trabalhadores”, uma vez que a Comissão de Trabalhadores da SATA emitiu parecer negativo ao documento, por considerar que o prazo mínimo de dois anos e meio para evitar despedimentos coletivos ou a extinção de postos de trabalho é demasiado curto e pouco sensato, face ao prazo de 10 anos indicado como referencial de estabilidade.

Até a mobilidade dos Açorianos pode ficar seriamente comprometida, uma vez que o caderno de encargos não assegura a manutenção das rotas entre os Açores e o Continente e entre os Açores e a Diáspora após os 30 meses, rotas consideradas estratégicas para a Região e até para o crescimento do turismo e da própria SATA Internacional.

A tudo isso, soma-se ainda o erro estratégico do Governo Regional em colocar o futuro da SATA e dos trabalhadores nas mãos da Administração, ao permitir que esta conduza todo o processo de elaboração do caderno de encargos e até de negociação e decisão sobre a aprovação das propostas vencedoras.

Em conclusão, o caderno de encargos para a privatização de até 85% da SATA Internacional deixa os Açorianos à mercê dos interesses da Administração e de investidores, sem acautelar o interesse regional, sem assegurar a manutenção dos postos de trabalho, sem assegurar a continuidade da SATA e sem garantir a mobilidade dos Açorianos.

A ânsia em privatizar qualquer custo é tanta, que este mais parece um caderno de encargos para o desmantelamento da SATA Internacional.

**Membro do Secretariado Regional e Deputado do PS/Açores*



João Paim Vieira

Os Açores são dos açorianos

A Lagoa do Fogo é um bem natural dos Açorianos e, como tal, tem sido utilizada por muitos, desde sempre, para passeios, pesca e aproveitamento da natureza.

Não é a Lagoa mais limpa por acaso, nem porque os sucessivos Governos Regionais da Autonomia o tivessem estimulado ou a tivessem protegido enquanto destruíam as outras com a massificação da vaca e dos adubos e rações subsidiadas. A Lagoa do Fogo escapou porque a maioria dos terrenos à volta eram privados e não tinham pastagens ou explorações intensivas de nada.

A Constituição Portuguesa assegura a livre fruição dos bens naturais.

O corte de uma estrada Regional, eixo importante de comunicação entre o Norte e o Sul da ilha, deve ser avaliado pelos Tribunais.

O sistema que pretendem estabelecer dos “shuttles” (por que não camionetes das nossas? tem de ser coisas estrangeiras?) é muito bom e aceitável desde que seja só para os turistas, devendo a estrada continuar aberta aos Açorianos que a construíram, como as outras, com o seu dinheiro e esforço, desde que para cá vieram.

O parque deve ser limitado a Açorianos nas suas viaturas, sem pagamentos e apenas com a limitação da lotação e aí sim na eventualidade (que nunca se verificava) de haver demasiados Açorianos a quererem ir para a Lagoa do Fogo teriam de ir noutro dia mas a realidade não era essa. Não é nada de novo e tem acontecido em muitos locais em que o turismo de massas destruiu a liberdade e o modo de vida dos residentes. Portanto, à entrada do parque “Só residentes”, “Interdito a carros de aluguer”, “Residents only”, “No rent-a-car”.

Vi nas Canárias, já há anos, eles até estiveram cá várias vezes e alertaram para os conflitos que iriam surgir e vi também na América Central e até em África apesar de os europeus turísticos gostarem de menozar estas regiões e a capacidade das

mesmas os proibirem seja do que for por serem mais pobres.

Este é um sistema perverso do turismo de massas que estes governos regionais vem implementando (em vez de um turismo equilibrado e bom para todos os Açorianos, como precisamos, e não só para alguns) e apenas se destina a excluir os Açorianos, como noutros locais com proibições hipócritas de suposta proteção de bens naturais, que eles próprios destruíram e “renaturalizaram” (Caldeira Velha e Dona Beija por exemplo) e horários de funcionário público no seu pior, mas vamos ver o que os Tribunais dizem sobre isso.

As viaturas de aluguer que fiquem onde os “shuttles” de meio milhão de euros arrebanharem os turistas e o número deles pode ser o que quiserem, claro, mas eu sugeria que nunca pudessem estar mais turistas que Açorianos, verdadeiros donos da Lagoa do Fogo e dos Açores, que lá devem poder ir de dia e de noite, sem limitações.

OS AÇORES SÃO DOS AÇORIANOS!

E também dos residentes de boa vontade e bem vindos.

Para o ano (ou se calhar ainda este ano) vamos apoiar e votar em quem defenda os Açorianos e, quem sabe, se teremos uma Assembleia nova que não favoreça os turistas e seus agentes contra e em detrimento dos Açorianos, que sirva para algo mais que este espetáculo triste de um grupo de tribunos, altamente privilegiados, monótonos e desinspirados, que nos engolem 50.000 euros por dia (com uma exceção honrosa do deputado que, originário do partido supostamente mais dado à promoção da exclusão, foi, ao contrário, o único a ir contra a exclusão e único que terá pensado estarem a violar os direitos fundamentais dos Açorianos terem acesso livre à sua terra).